



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 56/2014

Altera a Lei nº 12.448, de 13 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.448, de 13 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboti, com sede no Município de Jaboti e foro no Município de Tomazina.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboti, com sede no Município de Jaboti e foro no Município de Tomazina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 17.923, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2014.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 57/2014

Altera a Lei nº 10.986, de 27 de dezembro de 1994,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 10.986, de 27 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito, com sede no Município de Campo Bonito e foro no Município de Guaraniaçu.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito, com sede no Município de Campo Bonito e foro no Município de Guaraniaçu.”

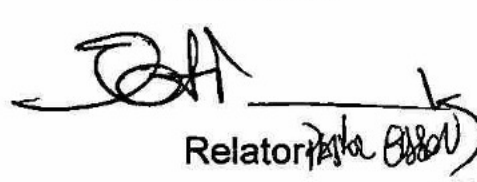
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

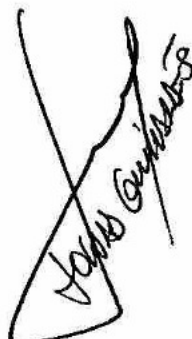
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

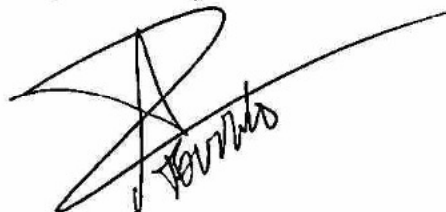
Art. 3º Revoga a Lei nº 17.932, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


João Luiz


Relator

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2013



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

PROJETO DE LEI Nº 290/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 09 JUL. 2013
Paranhos
1º Secretário

SÚMULA: Obriga as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, a preverem nos testes seletivos vestibulares, no mínimo uma questão versante sobre obra de escritor paranaense.

Art. 1º. Ficam obrigadas as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, a preverem nos testes seletivos vestibulares, na prova relativa à área de literatura, no mínimo, uma questão versante sobre obra de autoria de escritor paranaense.

Art. 2º. Para fins desta Lei, considera-se escritor paranaense, aquele que integra ou integrou a Academia Paranaense de Letras.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 09 de Julho de 2013.

Paranhos
PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

OBS: Justificativa em anexo.
Elaboração: NCT – Blocos Parlamentares - 0324

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2013



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

PROJETO DE LEI Nº

SÚMULA: Obriga as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, a preverem nos testes seletivos vestibulares, no mínimo uma questão versante sobre obra de escritor paranaense.

JUSTIFICATIVA

A presente Proposição Legislativa objetiva garantir que nos testes seletivos vestibulares, das instituições públicas de ensino superior do Estado do Paraná, especificamente na prova relativa à área de literatura, seja prevista no mínimo, uma questão sobre obra de autoria de escritor paranaense, considerando para tanto, os que integram ou integraram a Academia Paranaense de Letras.

Orgulho de todos os paranaenses, a academia foi fundada em Curitiba, em 26 de setembro de 1936, sucedendo a antiga Academia de Letras do Paraná, criada em 1922. A recriação de uma entidade cultural representativa da cultura do Estado deu-se por estímulo e influência da Academia Carioca de Letras e da Federação das Academias de Letras do Brasil.

Da extinta Academia de Letras, alinharam-se na promoção da nova instituição nascente, figuras de relevo, tais como Sebastião Paraná, Andrade Muricy, Leôncio Correia, e Romário Martins, e atualmente é presidida pelo estudioso, Eduardo Rocha Virmond.

O projeto favorece o conhecimento das obras dos autores paranaenses, expande o consumo interno daquilo que é produzido na cultura do Paraná, aumenta a leitura e comercialização dos livros produzidos no Estado e promove a necessária valorização daquilo que é produzido pelos escritores locais.

Essa é uma visão abrangente do papel dos processos avaliativos sem dissociar estes, da necessária regulação do Estado para fomentar e valorizar os escritores de modo geral, mas também reconhece

a importância de uma política capaz de ressaltar a missão pública do sistema de educação no Estado do Paraná, respeitando sua diversidade e tornando-o compatível com as exigências de qualidade, relevância social e autonomia.

Partindo do princípio de que a educação é um direito e um bem público, entende que a missão pública da Educação Superior é formar cidadãos conscientes, profissional e cientificamente competentes e, ao mesmo tempo, comprometidos com o projeto social do meio em que vive.

Importante salientar que não basta assegurar o direito à educação como direito de todos a ser garantido pelo Estado. Para que a Educação Superior possa efetivamente cumprir o seu papel, a avaliação que aqui vem sendo apresentada defende uma concepção que tenha sempre um objetivo educativo, isto é, uma concepção que seja formativa e construtiva, não unicamente mecanismo de controle.

Assim sendo, conclamamos todos os nobres pares desta Assembleia Parlamentar, a procederem ao devido apoio à Proposição que ora apresentamos, por se tratar de norma justa e meritória, em benefício da memória e da cultura do Estado do Paraná.


PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



**VOTO EM SEPARADO AO PARECER DO PROJETO DE LEI Nº.
290/2013**

PROJETO DE LEI Nº290/2013

AUTOR: DEPUTADO PARANHOS

RELATOR: PÉRICLES DE MELLO

Súmula: Obriga as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, a preverem nos testes seletivos vestibulares, no mínimo uma questão versante sobre obra de escritor paranaense.

EMENTA: INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO PARANÁ. VESTIBULAR. OBRIGATORIEDADE DE QUESTÃO SOBRE OBRA DE AUTOR PARANAENSE. VOTO EM SEPARADO FAVORAVEL. CONSTITUCIONALIDADE.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos, tem por finalidade obrigar as instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, a preverem nos vestibulares ao menos uma questão com obra de autor paranaense.

O Deputado Nereu Moura, relatou anteriormente o presente projeto, votou pela inconstitucionalidade, alegando que fere a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



autonomia universitária, que discriminaria aqueles que não são do nosso Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente vale ressaltar a competência da Comissão de Constituição e Justiça, que em consonância com o disposto no artigo 33 - A, Inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, legitimidade do proponente, bem como se a técnica legislativa ora utilizada esta em conformidade com a Lei Complementar 95/1998. Mais além no artigo 51, §6º dispõe que ao membro que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou discordar do relator, será concedida vista, e permitido emitir voto em separado

Após minuciosa análise do relatório do Excelentíssimo Deputado Nereu Moura, passo a seguir a contrapor meus argumentos a favor do projeto de Lei 290/2013.

Quanto ao primeiro ponto, argumentou o relator que o projeto de lei em análise fere um dos objetivos da República, que é promover o bem de todos, sem preconceitos e qualquer outra forma de discriminação, constante no artigo 3º da Magna Carta. Considero equivocada esta interpretação, vejamos o que dizem os renomados doutrinadores Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino, no livro Direito Constitucional Descomplicado:

"Constata-se que esses objetivos têm em comum **assegurar a igualdade material** entre os brasileiros, possibilitando a todos iguais oportunidades hora alcançar o pleno desenvolvimento de sua personalidade, bem como para auto-determinar e lograr atingir suas aspirações materiais e espirituais condizentes com a dignidade inerente a sua condição humana. Como bem resume José Afonso da Silva, alguns dos objetivos assinalados "valem como base das



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



prestações positivas que venham a concretizar a democracia econômica, social e cultural, a fim de efetivar na prática dignidade da pessoa humana”.

Podemos observar que o inciso IV do art. 3º da CF na verdade está querendo garantir a igualdade material, alcançar o pleno desenvolvimento da personalidade. Nada tendo a ver com discriminação como alegado, pois o que o autor do projeto quer, na verdade, é incentivar a cultura e a literatura paranaense.

Contra-razoando o segundo argumento do parecer, que versa sobre o artigo 215 da CF que estabelece o acesso às fontes da cultura no âmbito nacional, mas a nossa Constituição Estadual, no artigo 195 diz que o Estado estimulará o intercâmbio, e assegurará tratamento especial à cultura paranaense, vejamos:

Art. 195. O Poder Público garantirá e estimulará o intercâmbio entre os órgãos competentes, com o objetivo de:

I - assegurar, nos três níveis sistematizados de ensino, como forma de desenvolvimento e aprimoramento do potencial criativo do educando, um tratamento destacado às diversas áreas artístico-culturais;

II - assegurar tratamento especial à difusão da cultura paranaense.

Portanto, o que queremos não é discriminar autores de outros estados, mas sem prestigiar os nossos, ressaltando que seria apenas uma questão versante sobre a literatura paranaense, que como já sabemos, muitos autores de renome nacional vieram do Paraná. Vejamos o que diz fragmento de texto retirado do blog Literatura Helena Kolody:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Pércles de Mello



Entretanto, enquanto alguns relatam que foi a literatura paranaense uma das primeiras a se envolver com o modernismo da década de 1920, outros destacam que esse movimento não encontrou representantes no Paraná, ou que chegou de maneira muito sutil, apenas 20 anos depois. Ainda na década de 1930 a literatura local era caracterizada como pertencente ao movimento do Simbolismo. Dez anos mais tarde, importantes autores do Estado foram responsáveis pela tentativa de modernização das formas e ideias na literatura paranaense, assim como a busca pela sua regionalização, em especial, Bento Munhoz da Rocha Neto e Dalton Trevisan, mas apesar da criação de um periódico de sucesso, a revista "O Joaquim", não obtiveram maiores sucessos em suas iniciativas. Aliás, "O Joaquim" é o principal destaque literário no Estado, lançada em abril de 1946, e direcionada à exposição livre de ideias e a atualização de modelos para a arte paranaense, a revista circulou até o final de 1948.

Temos muitos nomes importantes de nossa literatura, como Helena Kolody, Paulo Leminski e Newton Sampaio, de certa forma até estaríamos incentivando os jovens e estudantes a escreverem, pois aqui no Paraná os escritores são valorizados.

Também alega o nobre relator que fere a autonomia universitário constante no artigo 207 da Constituição Federal, e também no art. 180 da Constituição Estadual:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Como podemos observar acima, o art. 207 da Constituição Federal garante a autonomia universitária. Essa autonomia constante na Magna Carta diz respeito a atuação das Universidades em questões administrativas. Que regulam a gestão e organização das universidades.

Na Lei 9.394/96 que traz as diretrizes para o plano nacional de educação. Nessa lei, quando abordado o assunto da autonomia universitária, em todos os momentos, apenas refere-se a questões administrativas, e de auto-gestão.

E ainda, de nada prova os julgados apresentados no parecer do relator, visto que eles tratam novamente de questões administrativas, sendo que o primeiro faz referencia aos critérios de correção da prova, e o segundo julgado trata da implantação de campus universitário. Destarte, as duas jurisprudências nada têm a ver com as matérias necessárias para o ingresso na universidade.

Vale ressaltar inclusive, que o nobre relator Nereu Moura, no ano de 2008 relatou a constitucionalidade projeto 131/2008 de autoria do Excelentíssimo Deputado Alexandre Curi, hoje lei Estadual nº 15.918 de 2008, que dispõe sobre a exigência do conhecimento sobre historia, geografia e atualidades do Estado do Paraná nos processos de ingresso em cursos de educação superior.

Na presente data, o parecer foi pela constitucionalidade do projeto, com base nos artigos 65 da Constituição Estadual, que disciplina a competência parlamentar dos Deputados Estaduais para propor leis ordinárias, também o art. 24 inciso IX da CF, e o art. 13 da Constituição Estadual.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - **A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa**, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **aprovação** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **constitucionalidade**.

Sala das Comissões, 03 de setembro de 2013.

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Cauto Queiroz
Hermes B. Jr
Nereu Mauro
Pr Edson
Fernando Sc

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO PERICLES DE MELLO
RELATOR

APROVADO

03.09.13

Pr. Nossa Senhora de Salette, s / n° - Edifício Pres. Tancredo Neves
Gabinete 805 - 8º Andar - Curitiba/PR Tel.: (41) 3350-4250/3350-4081
E-mail: pericles@periclesdemello.com.br - www.periclesdemello.com.br



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 290/2013

Projeto de Lei nº. 290/2013

Autor: Deputado Paranhos



S ú m u l a: Projeto de Lei Nº 290/2013 – OBRIGA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO PARANÁ A PREVEREM NOS TESTES SELETIVOS/ VESTIBULARES, NO MÍNIMO UMA QUESTÃO VERSANTE SOBRE OBRA DE ESCRITOR PARANAENSE.

EMENTA: INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO PARANÁ. VESTIBULAR. OBRIGATORIEDADE DE QUESTÃO SOBRE OBRA DE AUTOR PARANAENSE.

RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria do Deputado Paranhos tem por escopo obrigar as Instituições de Ensino Superior, incluir no mínimo uma questão versante sobre obra de autor paranaense.

O projeto recebeu parecer favorável na CCJ, e foi encaminhado a esta comissão para análise de área técnica.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, insta destacar que compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, em consonância ao disposto no artigo 33 – T, III, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, manifestar-se sobre proposições que visem ao fortalecimento e à aplicação de base técnico-científica do Estado incluindo aquelas relacionadas às entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializadas e unidades de bens de elevado conteúdo tecnológico.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Observa-se que, a intenção do autor do projeto em momento algum visa contrapor a autonomia universitária. O objetivo é valorizar e difundir a cultura paranaense, atendendo a um princípio estabelecido na Constituição Estadual, no seu art 195, inciso "II - assegurar tratamento especial à difusão da cultura paranaense."

Os diversos nomes paranaenses de relevância no cenário da literatura nacional podem e devem ser difundidos e entre os estudantes, estabelecer a uma instituição paranaense que escolha entre o rol de literaturas a ser preestabelecido para aquele ano do vestibular como comumente é feito, em nada fere a autonomia universitária, uma vez que o critério para a escolha do autor esta sendo restritiva.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a fundamental importância do presente projeto de Lei para difundir e valorizar a cultura paranaense, bem como não estar interferindo a autonomia universitária com o projeto opinamos por sua **aprovação**.

[Assinatura]
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
Relator

[Assinatura]
DEPUTADO TERUO KATO
Presidente

[Assinatura]
Dep. Pastor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello
COMISSÃO DE CULTURA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº290/2013

Autor: Deputado Paranhos
Relator: Deputado Rasca Rodrigues

Súmula: "Obriga as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, a preverem nos testes seletivos vestibulares, no mínimo uma questão versante sobre obra de escritor Paranaense".

I – SÍNTESE FÁTICA

O Projeto de Lei em questão objetiva instituir como obrigação, às Instituições de Ensino do Estado do Paraná, que em seus testes seletivos no mínimo uma questão verse sobre obra de escritor Paranaense, conforme especifica o projeto.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto foi acatado pela maioria dos membros.

Ainda, foi encaminhado para Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior recebendo parecer favorável.

Desse modo, o projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

Atendendo ao que preceitua o Regimento Interno (artigo 33) desta Casa de Leis, a Comissão de Cultura é competente para manifestar-se sobre as proposições que estejam relacionadas ao desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e tratem acerca do patrimônio histórico.

No caso em questão, o presente Projeto de Lei objetiva difundir e valorizar a Cultura de nosso Estado, indicando a obrigatoriedade das Instituições de Ensino Superior a preverem nos testes seletivos vestibulares, no mínimo uma questão versante sobre obra de escritor Paranaense.

O projeto incentiva a leitura de obras paranaenses e como consequência o acesso e conhecimento das obras dos autores de nosso Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Assegurar a difusão da cultura Estadual é dever do Poder Público, conforme preceitua a Constituição Estadual:



"Art. 195- O Poder Público garantirá e estimulará o intercâmbio entre os órgãos competentes, com o objetivo de:

(...)

II- Assegurar tratamento essencial à difusão da cultura paranaense."

Diante do exposto o projeto, objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que difunde a cultura local e valoriza os escritores de nosso Estado.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, por estar em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 04 de dezembro de 2013.

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE

DEPUTADO RASCA RODRIGUES
RELATOR

DEPUTADO PEDRO LUPION
MEMBRO

DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO

DEPUTADO CAITO QUINTANA
MEMBRO

DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO

DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
MEMBRO